

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 15 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1995

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DE GEOGRAFIA VEICULADA NOS ENCONTROS NACIONAIS DA AGB (1976-1986): UM LEVANTAMENTO PRELIMINAR*

Lana de Souza Cavalcanti**

RESUMO

O movimento de reformulação da Geografia e de seu ensino, a partir de 1978, tem tido como uma das instâncias de divulgação, reflexão e debate os Encontros Nacionais da AGB. Para compreender melhor as bases teórico-metodológicas desse movimento, foi feito um levantamento preliminar da produção sobre ensino de Geografia veiculada nos referidos Encontros. Este texto traz alguns elementos de análise com base nos dados levantados que se constituem em questões de futuras pesquisas.

UNITERMOS: Geografia/Ensino/Associação dos Geógrafos Brasileiros

Considerando o volume de publicações, nos últimos anos, sobre o ensino de Geografia no Brasil,¹ pode-se supor que os geógrafos pesquisadores (*stricto sensu*) e os professores de Geografia têm em geral algum conhecimento da reflexão de cunho teórico-filosófico e das propostas de reformulação da Geografia no Brasil que vêm ocorrendo a partir do final da década de 70.

* Trabalho apresentado no 5.º Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba (PR), julho de 1994.

** Professora do Departamento de Geografia/UFG.

Esse período caracterizou-se por uma intensa produção, na área, de trabalhos (textos, artigos, revistas, livros, livros didáticos) com a preocupação de analisar criticamente a história do pensamento geográfico – seu comprometimento ideológico, suas bases teóricas e epistemológicas, seus paradigmas – e a estrutura dominante da ciência geográfica e da Geografia escolar em vigor na época.² Além disso, esses trabalhos preocupavam-se em propor uma Geografia nova, com novas bases, denominada comumente de “Geografia Crítica” ou “Geografias Críticas”.

Esse movimento de renovação teórica da Geografia brasileira, ocorrido no final da década de 70 e na década de 80, mas com repercussões e desdobramentos até a atualidade, teve como um dos objetivos transformar a função social da própria Geografia. Isso significa mudar seu papel na sociedade, nas instituições sociais, nas instituições de pesquisa, na escola, possibilitando uma intervenção efetiva na realidade no sentido de servir de instrumento para a melhoria das condições materiais e imateriais da vida humana.

Em que medida esse objetivo (“aplicação” da teoria) tem sido atingido é uma questão que merece acompanhamento e avaliação mesmo porque é através desse acompanhamento e avaliação que se revigoram reflexões e produções teóricas. Da mesma forma, o revigoramento da produção científica se faz dentro de seu próprio âmbito, mediante constantes revisões, análises e reflexões dessa produção. Esse trabalho de historiar a ciência, numa perspectiva internalista, permite compreender seu movimento interno e nele projetar virtuais correções. Essa perspectiva de análise não significa, no entanto, a exclusão da análise das ressonâncias da ciência na realidade.

O trabalho de reconstrução histórica da ciência pelo seu discurso é uma proposta de grande envergadura, que exige uma pesquisa ampla e minuciosa. No momento, pretendo fazer uma primeira aproximação dessa reconstrução com intuito de levantar elementos que possam vir a auxiliar uma futura pesquisa. Trata-se, pois, de um estudo exploratório.

A possibilidade de melhor compreensão do significado e da repercussão do movimento de reformulação da Geografia brasileira ocorrido nos últimos anos passa, como já foi dito, pela análise interna de sua produção. Nesta produção, tem sido destacada a temática e a

problemática do ensino da Geografia, sobretudo nos níveis fundamental e médio. Pode-se mesmo afirmar que um dos pontos de maior sustentação (e interesse) desse movimento é o ensino da Geografia. Nesse particular, torna-se importante compreender os elementos privilegiados na construção de uma “Geografia Crítica Escolar” no Brasil. Eis, então, o objeto do estudo exploratório que me proponho a realizar, no caminho de uma pesquisa historiográfica da produção geográfica brasileira nas duas últimas décadas: as bases teórico-metodológicas das propostas atuais do ensino de Geografia no Brasil.

A compreensão teórica da renovação da Geografia no Brasil, em particular de seu ensino, implica, entre outras coisas, compreender seu movimento interno. Essa compreensão é importante basicamente por oferecer possibilidades de intervenção na realidade. Nesse sentido, a proposta de pesquisa aqui apresentada se justifica pela constatação de que essa intervenção se faz necessária pelas razões apresentadas a seguir (entre outras):

Em primeiro lugar porque, a despeito da grande produção de novas propostas, o ensino de Geografia permanece, ainda hoje, predominantemente orientado por propostas embasadas numa Geografia chamada de “tradicional” (dominante no período anterior ao movimento de renovação) ou se caracteriza pela adoção parcial ou superficial de novas propostas, não resultando em transformações efetivas.

Em segundo lugar, porque as transformações operadas na realidade contemporânea, em razão de processos econômicos, sociais, culturais e espaço-temporais de mundialização, estão a exigir das instituições sociais, entre elas a escola e o ensino de Geografia, cada vez mais o cumprimento da tarefa de formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos, participativos. Dessa forma, o ensino de Geografia tem razão de existência na medida em que se reestruturou para garantir sua contribuição no desenvolvimento intelectual daqueles cidadãos.

A intervenção na realidade do ensino de Geografia, no sentido de uma reestruturação efetiva, depende de uma compreensão ampla, por parte dos professores de Geografia, da realidade social (historicamente construída), da função social da ciência geográfica e do papel que devem desempenhar a educação e o ensino de Geografia na sociedade atual. As

práticas que possibilitam essa compreensão pelos professores são as atividades cotidianas de sua profissão, o exercício de uma cidadania participativa e a busca constante das contribuições teórico-científicas sobre a temática que os envolve mais diretamente

Para o professor, uma das fontes importantes da contribuição científica na área são os Congressos e Encontros nacionais, regionais e locais realizados pela sua categoria profissional, razão pela qual os tomo como objeto do levantamento preliminar proposto.

Dentre os Encontros de profissionais da Geografia, tomo como fonte deste trabalho aqueles realizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em âmbito nacional, por entender que tais Encontros têm a possibilidade de expressar melhor e mais amplamente o conjunto de reflexões, de preocupações, de questionamentos, de dúvidas, de análises, de críticas que caracterizam o movimento de reformulação do ensino de Geografia no Brasil. Destes últimos Encontros nacionais seleciono aqueles realizados entre 1978 e 1987. O Encontro de 1978 marca o início do movimento de reformulação da Geografia no Brasil (3.º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza em 1978), na interpretação de alguns geógrafos (Moreira, 1988; Andrade, 1987, 1991; Mamigonian, 1991). O ano de 1987 é significativo porque foi quando se realizou pela AGB o 1.º Encontro de Ensino de Geografia – “Fala Professor”. Ainda que seja esse o período demarcado, alguns dados de outros Encontros foram levantados, com o intuito de possibilitar referências, passadas e futuras, ao período.

Dessa forma, o levantamento de alguns dados de expressão do movimento da Geografia registrados nos momentos desses Encontros poderá revelar pontos importantes para a compreensão desse movimento no tema particular do ensino de Geografia.

A análise dos Encontros foi baseada nos dados disponíveis, constantes nos anais (de publicação anterior ou posterior ao encontro) ou nos resumos de comunicações.

Os dados referentes a esses encontros disponíveis à pesquisa não cobrem de forma completa tais eventos. Alguns Encontros, por exemplo, só publicaram os resumos das comunicações, deixando sem registro o material de conferências e simpósios. Ainda considerando apenas essas

comunicações vale destacar que seus resumos são superficiais e a maioria sem referência bibliográfica, dificultando com isso sua análise. No entanto, apesar dessa precariedade dos dados, foi possível fazer algumas leituras, análises e inferências do material disponível.

Os documentos analisados foram:

2.º Encontro Nacional de Geógrafos (Belo Horizonte/1976): *Resumo de Comunicações*;

3.º Encontro Nacional de Geógrafos (Fortaleza/1978): *Resumo de Comunicações*;

4.º Encontro Nacional de Geógrafos (Rio de Janeiro/1980): *Anais*

5.º Encontro Nacional de Geógrafos (Porto Alegre/1982): *Anais*

4.º Congresso Brasileiro de Geógrafos (São Paulo/1984): *Anais*

6.º Encontro Nacional de Geógrafos (Campo Grande/1986): *Resumo de Comunicações*;

1.º Encontro Nacional de Ensino de Geografia (Brasília/1987): *Anais*.

Para organizar a coleta e a análise dos dados foi realizado um levantamento dos temas das comunicações, uma vez que são esses os dados apresentados de forma mais completa, possibilitando uma análise comparativa dos Encontros. Assim, foi construído o quadro dos temas dessas comunicações (Quadro I), conforme se encontram divididas nos documentos, procurando-se agrupar tópicos similares e acrescentando à divisão “outros assuntos” alguns temas que constavam em apenas um Encontro.

O Quadro I mostra que os temas privilegiados nos Encontros foram, por ordem decrescente: Geografia Física e Meio Ambiente (28,7% na média dos Encontros), com ênfase cada vez maior para temas de ecologia; Geografia Urbana (22,1%) e Geografia Agrária (12,2%). A proporção encontrada, na média dos Encontros, de comunicações sobre o ensino (7,4%) revela a pequena importância dada a esse tema pelos expositores. Comparando os dados de cada Encontro, é possível observar que, embora pequena, essa importância sofreu significativo acréscimo, passando de 2,1% em 1978 para 12,3% em 1986. Além disso, é curioso notar que paralelamente ao crescimento percentual das comunicações sobre ensino, o número de comunicações em torno da temática da “Teoria e

Metodologia” e do “Estado, Planejamento e Poder” sofreu um relativo aumento na participação da temática geral dos Encontros (passando, respectivamente, de 0% em 1976 para 15% em 1984 e 4,4% em 1986; e de 3,1% em 1980 para 6,7% em 1994).

QUADRO I

Temas das Comunicações nos Encontros Nacionais da AGB

Comunica- ções	1976		1978		1980		1982		1984		1986		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Geografia Urbana	20	25,0	25	26,3	16	25,0	27	22,3	6	6,7	45	25,2	139	22,1
População	7	8,7	7	7,3	3	4,6	17	14,0	4	4,4	-	-	38	6,0
Geografia Física e Meio Ambiente	24	30,0	30	31,5	23	35,9	30	24,7	22	24,7	51	28,6	180	28,7
Geografia Regional	6	7,5	3	3,1	5	7,8	2	1,6	2	2,2	-	-	18	2,8
Geografia Agrária	7	8,7	10	10,5	9	14,0	15	12,3	5	5,6	31	17,4	77	12,2
Teoria e Metodologia	-	-	5	5,2	4	6,2	9	7,4	14	15,7	8	4,4	40	6,3
Ensino de Geografia	*	-	2	2,1	2	3,1	7	5,7	14	15,7	22	12,3	47	7,4
Estado, Planejamento e Poder	-	-	-	-	2	3,1	3	2,4	10	11,2	12	6,7	27	4,3
Outros	16	20,0	13	13,6	-	-	11	9,0	12	13,4	9	5,0	61	9,7
Total	80	100	95	100	64	100	121	100	89	100	178	100	627	100

* Há, na verdade, dois trabalhos nesse Encontro referentes ao tema “Ensino”, que foram erroneamente colocados juntamente com outros classificados como “outros...”

Percebe-se, pois, uma alteração na prioridade dada aos diferentes temas de estudo convencionais da ciência geográfica, sobretudo, quando se comparam os dados de 1976 e 1978. Não há propriamente uma inversão das prioridades (observa-se que a proporção de comunicações sobre Geografia Física e Meio Ambiente, por exemplo, permaneceu praticamente inalterada em todo o período considerado), mas o quadro revela uma ampliação do espaço desses Encontros para um questionamento sobre os fundamentos da Geografia e de seu papel na sociedade, no ensino e nas instituições sociais como um todo.

Esses dados evidenciam e confirmam a existência efetiva de um movimento de reformulação da AGB e da Geografia. A AGB vinha sofrendo mudanças desde sua organização inicial, na década de 30, passando de uma associação de pesquisadores – catedráticos – de âmbito local para posteriormente uma nacional, promovendo Encontros para um trabalho de campo e apresentação de resultado de pesquisas, para uma associação de caráter não apenas científico mas cultural e político, congregando, a partir da mudança de seus estatutos em 1979, estudantes e profissionais da Geografia para debater temas de amplo interesse.

Profissionais e estudantes de Geografia buscavam, nesse momento, espaço nos Encontros da entidade para denunciar os “limites” teóricos e práticos da Geografia, em função de uma realidade social, política e econômica que demandava uma atuação profissional, articulada com os anseios da classe majoritária da sociedade. Ampliaram-se, dessa forma, os tópicos de interesse dos geógrafos, e o tema ensino surgiu (destacado pela primeira vez em 1978) e conquistou espaço na entidade.

De fato, parece ser mesmo esse o projeto da AGB, para esse período inicial da reformulação da Geografia no Brasil, ou seja, abrir espaço em seus Encontros para contribuir com essa reformulação. Na apresentação dos *Anais* do Encontro Nacional de 1980, a própria AGB analisa as mudanças de sua situação e de seu desempenho (e da Geografia, conseqüentemente) nesse período de transição. Sobre isso afirma: “As mudanças consubstanciam uma AGB democrática e representativa, dirigida para as questões maiores do trabalho e do ensino no Brasil, para a colagem dos que fazem do saber geográfico seu trabalho com os demais que vivem do seu trabalho” (1980, p.7).

Sobre esse Encontro de 1980, especificamente, analisa-se a importância dos temas então tratados: “As perspectivas apontadas e claramente evidenciadas, nas apresentações, indicam uma Geografia crítica, nova, não mais uma ideologia que serve à dominação interna e externa de poucos, mas uma Geografia que sirva aos interesses da maioria” (1980, p.10).

As modificações verificadas nos Encontros da AGB revelam, por um lado, alterações efetivadas pela Geografia e pelos geógrafos no Brasil, e por outro, alterações no próprio significado e funcionamento da AGB, procurando acompanhar mudanças teóricas e práticas da área profissional que a entidade buscava integrar. Por um lado, ocorreu nesse período de transição entre o Encontro de 1978 e de 1980, um movimento de ruptura teórica e prática proposto por profissionais e estudantes de Geografia, caracterizado por uma resistência científica e política à “Geografia Tradicional”, e “Quantitativa”. Por outro lado, um movimento de reestruturação interna da AGB, impulsionado e pressionado por representantes da “resistência”, resultando em mudanças de seu estatuto e de sua prática (de Encontros, por exemplo) com objetivo de torná-la uma entidade mais democrática, mais política, congregando profissionais e estudantes de Geografia.

Algumas análises sobre esse período (Andrade, 1991; Mamigonian, 1991) reconhecem ganhos nesse movimento, mas apontam limites referentes a uma postura populista e politicista dominantes nesse momento da reformulação da AGB. Porém, considero que uma análise a esse respeito requerer um aprofundamento na pesquisa, o que desviaria este trabalho dos objetivos mais específicos. Por ora, apenas se pode confirmar, pelos dados, uma modificação nos Encontros, tanto em relação aos temas abordados como em relação ao número de comunicações.

As transformações ocorridas no âmbito da Geografia e da AGB foram, na verdade, interdependentes das transformações ocorridas na sociedade como um todo. O final da década de 70 e início da de 80 no Brasil é marcado, com efeito, por uma crise estrutural, desembocando no fim do regime de ditadura militar instalado em 1964, e em um processo de democratização da sociedade. É um período de abertura política e de intenso movimento social, marcado pela organização de sindicatos de

trabalhadores; realização de inúmeras e extensas greves de trabalhadores; organização de partidos políticos, restabelecendo o quadro pluripartidário; restabelecimento de eleições diretas para cargos políticos; aprovação da Lei de Anistia aos presos políticos; revogação do AI-5; movimentação estudantil e reconstrução da UNE (União Nacional de Estudantes), entre tantos outros eventos e processos.

A crise e o movimento da sociedade brasileira, por sua vez, devem ser compreendidos no conjunto da sociedade global. A crise do regime de acumulação capitalista, a crise do marxismo ortodoxo, o movimento de maio de 1968 são apenas alguns exemplos.

Percebe-se que as transformações operadas na Geografia e na AGB se inscrevem nas mudanças operadas na sociedade em geral, ou até mesmo são respostas ou reações de um segmento social diante daquelas mudanças. São mudanças complexas no campo da economia, da política, do pensamento, cuja compreensão mais profunda torna-se indispensável para equacionar melhor o quadro de referências da problemática do ensino de Geografia no Brasil, nos últimos anos.

Procurando aprofundar a compreensão das particularidades dessa problemática no movimento geral de reformulação da Geografia, considerou-se relevante levantar os conteúdos veiculados nas comunicações referentes ao ensino, incluindo agora os textos disponíveis das mesas-redondas e simpósios (ver Quadro II).

Em primeiro lugar, pode-se constatar pelo Quadro II que o número de textos sobre ensino veiculados nos Encontros desse período obteve um aumento significativo, além de que os assuntos contemplados sofreram variação crescente, o que pode indicar uma preocupação dos expositores em abarcar a problemática do ensino da forma mais ampla possível.

A questão do ensino foi ganhando espaço no conjunto das preocupações da área, o que resultou, inclusive, num Encontro nacional realizado unicamente para debater problemas do ensino de Geografia. Vivia-se um momento de grande insatisfação dos professores, conforme indicam os textos sobre o tema, pela baixa qualidade do ensino de Geografia e pelo distanciamento deste em relação à realidade social. A AGB, justificando a realização do Encontro de 1987, afirma: "A situação do ensino de Geografia no país, que estava a exigir conhecimento mais

Quadro II
Subtemas do Ensino nos Simpósios, Mesas-Redondas e
Comunicações dos Encontros Nacionais

Subtemas	1976		1978		1980		1982		1984		1986		1987		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Análise e Proposta de Conteúdo	1	50,0	-	-	-	-	2	11,7	2	14,2	6	27,2	2	13,3	13	17,3
Formação Profissional	1	50,0	-	-	1	33,3	5	29,4	2	14,2	5	22,7	2	13,3	16	21,3
Análise Ideológica e Cond. de Ensino	-	-	1	50,0	2	66,6	3	17,6	4	28,7	3	13,6	1	6,6	14	18,6
Material Didático, Livro Didático	-	-	1	50,0	-	-	3	17,6	1	7,1	2	9,0	2	13,3	9	12,0
Metodologia de Ensino	-	-	-	-	-	-	4	23,5	5	35,7	3	13,6	2	13,3	14	18,6
Fundamentos Teórico-Metodológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	26,6	4	5,3
Geografia e Política	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	13,6	2	13,3	5	6,6
Total	2	100	2	100	3	100	17	100	14	100	22	100	15	100	75	100

aprofundado e questionamento melhor fundamentado foi, à época, eleita como (temática) prioritária” (1987, p.1).

O tema do ensino, com efeito, parece ter conquistado legitimidade nos Encontros da AGB, a julgar pela proporção das comunicações sobre o ensino nos Encontros posteriores ao período aqui considerado – 10,4% no Encontro de 1988; 12% no de 1990 e 21,9% no de 1992 – e pela continuidade do propósito de realização de Encontros nacionais de ensino de Geografia. Em 1991 foi realizado o 2.º Encontro em São Paulo.

Em relação aos diferentes assuntos veiculados, pode-se verificar, pelo Quadro II, certo equilíbrio na média dos Encontros quanto à proporção de textos sobre: análise e proposta de conteúdo curricular; formação profissional; análise da função ideológica da Geografia e da escola e condições de ensino e metodologia de ensino. Porém, o relativo predomínio de textos sobre formação profissional, sobretudo de professores de Geografia, mostra a importância dada a esse tema, como no Encontro de 1982, quando ele representou 29,4% do total de textos.

Os textos referentes aos subtemas “análise e proposta de conteúdo curricular” e “análise da função ideológica e condições de ensino” tiveram praticamente a mesma participação na média dos Encontros, mas a participação deles em cada Encontro revela movimentos diferentes. Enquanto o primeiro subtema obteve um crescimento médio a partir de 1984, o segundo sofreu um decréscimo.

Pode-se interpretar esse quadro como expressão das características do movimento de reformulação da Geografia em geral, seguido pelo movimento de reformulação específica do ensino. Num primeiro momento, esse movimento caracterizou-se pela denúncia dos limites da Geografia em voga, pela crítica de seus fundamentos, pela crítica ao desempenho dos profissionais dessa área. Ou seja, como explicita um dos Anais, “a crítica epistemológica já nasce uma crítica ideológica e uma crítica política” (1980, p. 4). Daí, também no tema do ensino predominarem até 1984 os subtemas relacionados às questões políticas e ideológicas da prática docente em Geografia. Num segundo momento, a tentativa parece ser a de propor caminhos para a realização de uma nova Geografia, uma Geografia Crítica (expressão corrente nos textos analisados). Nessa direção, foram apresentadas propostas de reformulação de conteúdo

curricular, bem como sugestões de atividades, técnicas e material didático para a sala de aula, baseadas numa nova concepção de Geografia, sugestões essas que foram agrupadas no item “Metodologia de Ensino”.

Tanto no momento de predomínio da crítica quanto no momento de apresentar propostas de superação (como aqui se sugere), há o predomínio de textos relacionados à formação profissional. Isso parece se justificar pelo fato de que se consideravam necessárias mudanças substantivas na formação profissional – no caso, de professores – no sentido de que se pudessem incorporar críticas e propostas.

Com intuito de analisar o conteúdo das críticas e das propostas para um ensino de Geografia nesse movimento de reformulação, foi feita a leitura dos textos de ensino, levantando as fontes bibliográficas neles mencionadas. O objetivo foi de buscar elementos para a compreensão das bases teórico-metodológicas que nortearam o referido movimento. Das fontes catalogadas,³ foram destacadas as de maior número de citações, o que resultou no Quadro III:

Quadro III
Autores Mencionados nos Simpósios, Mesas-Redondas e
Comunicações de Ensino nos Encontros Nacionais da AGB
(1976-1987)

Referências Citadas (em mais de dois textos)	1976	1978	1980	1982	1984	1986	1987	Total
K. Marx	-	-	1	1	-	-	1	3
Paulo Freire	-	-	1	1	1	-	-	3
Milton Santos	-	-	-	5	-	-	2	7
Yves Lacoste	-	-	1	2	3	1	1	8
Ruy Moreira	-	-	-	2	1	-	1	4
M. Foucault	-	-	-	-	2	-	1	3

Com base nos dados disponíveis no Quadro III, é possível destacar, como referências predominantes, as obras de Yves Lacoste e de Milton Santos. Os trabalhos de Lacoste mais citados foram o texto “A Geografia”, publicado na coletânea *A filosofia das ciências sociais*, organizada por F. Châtelet, em 1974, e o livro *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, de 1977. Dentre os textos citados de M. Santos, o mais freqüente foi o livro *Por uma Geografia nova*, publicado em 1978. A referência às obras dos dois autores não foi feita exclusivamente nesses Encontros. A produção científica na Geografia brasileira dos últimos anos, em geral, tem nessas obras um marco de referência para as mudanças propostas e operadas na área.

A leitura dos textos que fazem referência à obra de Yves Lacoste permite uma análise da influência de seu discurso no período. Os textos, em sua maioria, analisam as condições do ensino de Geografia na época, fazendo uma crítica aos conteúdos veiculados por essa matéria e aos fundamentos teórico-metodológicos da ciência geográfica, apontando alternativas para a superação dos problemas verificados. A referência a Lacoste se deve, principalmente, à necessidade de respaldar afirmações que dizem respeito à função ideológica de Geografia na escola – como a de difundir a ideologia do nacionalismo patriótico – ou para fazer críticas aos fundamentos teórico-metodológicos da ciência geográfica, já que essa temática é bastante abordada, ou mesmo privilegiada, nos textos do autor.

Ilustra bem essa influência de Lacoste a passagem de um texto que apresenta um projeto sobre o ensino: “Trata-se de todo um intento de mudança profunda e radical da ‘Geografia do professor’, essa ideologia a serviço das classes dominantes, como Yves Lacoste pôs a nu” (Pereira et alii, 1980, p.356). A leitura dos textos que tratam do ensino, nesse período, confirma afirmação anterior. Parece que, efetivamente, vivenciava-se um momento de “colocar a nu” a função ideológica da Geografia, fazendo uma análise crítica da história desse pensamento científico e de seu comprometimento político.

Essa influência da obra de Lacoste, sobretudo dos textos já referidos, é analisada por Moreira (1988). Considera ele que, juntamente com H. Lefebvre, os textos de Lacoste tiveram importante papel de dar impulso inicial ao movimento de renovação da Geografia no Brasil.

Aponta como uma das questões centrais a ser enfrentada nesse movimento, analisada por Lacoste: a questão ideológica do comprometimento da “geografia do professor”. Afirmo sobre isso que

... nada podia contrastar mais com a estreiteza da Geografia vigente que a denúncia do envolvimento da ‘Geografia Quantitativa’ com a intervenção americana no Vietnã e nada chocar mais nossa consciência de professores e estudantes engajados que o alerta para o caráter contraditório existente entre nossa prática geral de esquerda e o fundamento conservador da ‘geografia do professor’. (Moreira, 1988, p. 2)

Moreira define o primeiro momento assumido pela renovação como o da crítica ideológica. Os dados confirmam essa interpretação, se se observa, como se fez anteriormente, a predominância de subtemas no ensino que abordam questões ideológicas e políticas da Geografia, nos primeiros anos do movimento. A escolha de autores para fundamentar as críticas, as denúncias (de Lacoste e Santos, mas também dos demais citados) indicam um posicionamento político de esquerda (predominantemente numa linha marxista) e uma estratégia de operar mudanças no quadro do ensino a partir de um trabalho de conscientização, via denúncia e crítica da realidade presente. Nesse sentido, é corrente nos textos a proposta de uma Geografia Crítica na escola que sirva de denúncia do estado de dominação vivido pela maioria da sociedade, das desigualdades sociais, que viria substituir a “geografia dos professores” (termo utilizado por Lacoste, e consagrado entre nós, professores de Geografia, ao nos referirmos à Geografia vivenciada e ensinada nas escolas), uma “geografia” neutra, sem atrativo para o aluno, que não exige dele nada além da memória, servindo para camuflar a verdadeira função da Geografia, a Geografia dos Estados Maiores (termo igualmente utilizado por Lacoste). As propostas de alteração desse quadro do ensino, ou da “geografia dos professores”, bem como a análise crítica desse próprio quadro, encontram em Lacoste uma de suas referências fundamentais.

Entre os textos de Milton Santos citados, nos trabalhos analisados, o que parece ter mais influência foi o livro *Por uma Geografia nova* (1978), onde o autor faz uma crítica ao pensamento geográfico até então

vigente e propõe novas categorias e conceitos para uma análise do espaço geográfico, tomado como objeto de estudo da Geografia. Como as obras de Lacoste, esse livro de Santos teve um efeito bombástico no meio acadêmico, pelas críticas contundentes à Geografia Quantitativo-Teorética, concepção e prática da Geografia em pleno desenvolvimento no Brasil da época.

Na análise dos textos apresentados no tema do ensino, e que fazem referência a M. Santos, constata-se a contribuição desse geógrafo nas questões de reestruturação do discurso geográfico. Essa contribuição pode ser percebida na proposta de introdução da história, do processo histórico, do trabalho, na análise do espaço geográfico. A questão da historicidade do espaço, por exemplo, substancia a crítica à Geografia Quantitativo-Teorética (ou *New Geography*), feita nesse período. Essa questão pode ser vista no seguinte trecho de uma comunicação: “Trabalha-se (a Geografia Quantitativa) com os *fatos*, mas os processos responsáveis por esses fatos são omitidos” (Santos, 1978) (Ferreira, 1987, p.84).

A contribuição de M. Santos ao movimento de renovação da Geografia (não especificamente do ensino) é também confirmada por Moreira (1989), destacando dessa contribuição o oferecimento de uma base teórica sistemática. Segundo Moreira, referindo-se ao livro de Santos de 1978:

Como que num repente, descobre-se a pólvora: a historicidade do espaço. Ao longo de suas páginas verifica-se que o espaço é o produto da história. Com Milton, a historicidade do espaço entra em cena na Geografia, e isso tem um impacto extraordinário. Se o espaço tem natureza histórica, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se é ele o objeto da Geografia, então também nela tudo muda de todo, uma vez que na Geografia tudo é historicidade (Moreira, 1988, p.3).

O próprio Ruy Moreira, através de alguns artigos científicos de sua autoria, tem destaque no quadro das fontes bibliográficas mencionadas nos textos. A referência a ele se deve à fundamentação da crítica à perspectiva tradicional da Geografia, às suas ambigüidades, à sua falta de reflexão teórica e epistemológica. Tanto essa crítica, quanto a proposta de análise geográfica sob nova perspectiva, indicou uma influência da

obra de Lacoste em sua produção. A denúncia da carência filosófica e epistemológica, por exemplo, é a tônica do texto de Lacoste, já referido aqui, denominado “A Geografia”. Outro exemplo da influência de Lacoste na produção de Moreira, nessa época, é o artigo por ele escrito, para propor novos elementos de análise na Geografia, intitulado “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”, numa alusão à conhecida obra de Lacoste: *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*.

A importância de Ruy Moreira nesse período não se restringe à sua produção teórica. Ele foi, na verdade, um importante articulador das mudanças ocorridas na AGB entre 1978 e 1980 (ainda que se possam fazer, como alguns, críticas a essas mudanças), atuando como seu presidente nos anos posteriores.

Têm-se, assim, que as fontes teórico-metodológicas do movimento de renovação da Geografia (no período considerado) como um todo são basicamente as mesmas que deram origem à renovação do ensino de Geografia nesse mesmo período.⁴ E o conteúdo desse movimento também é o mesmo. Por um lado, a denúncia da função ideológica da Geografia no ensino, por outro, a crítica do conteúdo por ele veiculado.

Nesse mesmo período, as reflexões teóricas no campo da educação em geral refletiam o momento de denúncia da função ideológica da escola (com grande influência das teorias reprodutivistas, como as análises de Bourdieu e Passeron sobre a escola como violência simbólica) e da crítica à tecnologia do ensino e ao tecnicismo (conferir Saviani, 1986; Candau, 1986; Veiga, 1989; entre outros). Essa crítica ao aspecto técnico do ensino e à supremacia do aspecto político-ideológico da escola, dominante entre boa parte dos teóricos da educação naquele momento, talvez explique a ausência de reflexões de caráter propriamente didático-pedagógico nesse período. A renovação do ensino é buscada pela via da denúncia do papel ideológico da escola, do ensino e da reestruturação do conteúdo curricular. O tema do método de ensino é pouco contemplado, quando não se resume a questões de técnicas de ensino.

Diante dos dados disponíveis é possível perceber que efetivamente houve uma alteração no modo de funcionamento da AGB. Essa alteração, na verdade, parece ser uma adequação da entidade às necessidades políticas e acadêmicas da categoria profissional que integra. Por sua vez,

essa categoria buscava alteração de seu papel social, procurando se engajar na luta pela democratização da sociedade em curso. Esse contexto de crise social, econômica, política, ideológica é palco de intensos debates em torno de interpretações e propostas de soluções, em função de interesses e posicionamentos políticos divergentes e mesmo antagônicos. A AGB e os geógrafos têm sua participação nesse debate e internamente o reproduzem com o intuito de buscar posições hegemônicas. É assim que se pode entender o processo de democratização da AGB, a busca de engajamento político dos geógrafos, negando-se a reproduzir a prática de servir à perpetuação do *status quo*. A partir desse quadro sócio-político pode-se entender o processo de construção do arcabouço teórico da Geografia Crítica no Brasil e o próprio desenvolvimento da renovação dessa Geografia.

No período da renovação, algumas posições em debate poderiam ser definidas como a favor da corrente neopositivista da Geografia (a chamada *New Geography* ou Geografia Teorética, na expressão brasileira) e da prática profissional ajustada aos seus pressupostos e a outra, a favor de uma corrente dialética da Geografia (a Geografia Crítica, ou Geografias Críticas para expressar a diversidade de posicionamentos dentro dessa corrente), que propõe uma prática profissional politicamente engajada nos interesses das classes desfavorecidas.

O processo de compreensão dos fundamentos da Geografia Crítica Escolar no Brasil deve avançar no sentido de: (1) buscar ampliar os dados da produção acadêmica do período para extrair deles os pontos de debates entre os grupos que aspiram à hegemonia do movimento; (2) entender as raízes de seus argumentos e, no desdobramento, perceber as idéias, os grupos e as raízes que conseguiram legitimação. Na seqüência, deve-se voltar ao movimento social mais amplo no campo político, econômico, acadêmico, para buscar, por fim, explicações da legitimação ou não de idéias e grupos.

Esse trabalho, enquanto estudo exploratório, foi útil ao apontar caminhos ou suscitar questões para avançar no estudo do tema abordado. A análise dos dados pôde verificar, por exemplo, a consolidação da temática do ensino de Geografia como tema reconhecidamente relevante no debate acadêmico da área. Contudo, é necessário aprofundar o estudo

com o intuito de compreender as razões desse processo de reconhecimento. Cabem aqui algumas questões: o tema do ensino foi objeto de interesse acadêmico pela importância real que lhe foi atribuída ou por razões políticas? No primeiro caso, por que a Geografia Crítica Escolar ainda não foi efetivada na sala de aula, como mostram as pesquisas sobre o tema? No segundo caso, o uso do tema do ensino como instrumento de atração de estudantes e professores na luta pela hegemonia política de grupos trouxe implicações no próprio processo de construção dessa Geografia Crítica Escolar? Que implicações foram essas? Seria essa a razão da não-incorporação da investigação no âmbito da pedagogia e da didática na pesquisa sobre o ensino de Geografia?

Outro desdobramento da temática tratada nesse estudo diz respeito à análise de algumas fontes norteadoras do processo de reformulação do ensino nesse período. Foram detectadas como fontes de destaque as orientações de Y. Lacoste, M. Santos e R. Moreira. O aprofundamento sobre a fundamentação teórico-metodológica do processo de reformulação em questão requer a análise das próprias fontes de orientação. Nesse sentido, seria interessante analisar, por exemplo, em que medida a influência de Lacoste se explica pela histórica influência da Geografia francesa no Brasil. Seria importante analisar, além disso, como e por que foi feita uma transferência de uma análise conjuntural na França para a realidade brasileira, no mesmo período.

RESUMÉ

Le mouvement de reformulation de la Geografia et de leur enseignement, depuis 1978, a tenue comme une instance de divulgation, réflexion et débat les Recontres Nacionales de la Association de los Geographes Brésilennes. Pour mieux comprendre les bases théorique-metodologiques de ce mouvement, on fait une enquête préliminaire de la production sur l'enseignement de Géographie transmettrée dans les Rencontres référées. Ce texte porte quelques éléments de l'analyse à partir de les donnés enrólés que se constituent en questions de futures recherches.

NOTAS

- 1 Alguns trabalhos, entre os inúmeros que foram publicados recentemente sobre a Geografia e seu ensino no Brasil, destacam-se pela crítica

- aos fundamentos de uma “Geografia Tradicional” e pela reflexão sobre as bases de uma “Geografia Crítica”. Entre eles estão as publicações da AGB - revista *Terra Livre*, a partir de 1987, as coletâneas de artigos organizados por M. Santos (1982); Ariovaldo U. de Oliveira (1989) e J. W. Vensentini (1989); e os livros de Marcia S. Resende (1986), C. W. P. Gonçalves (1989), Raquel M. F. do A. Pereira (1989), Ruy Moreira (1987), Rosângela D. de Almeida e E. Y. Passini (1989), V. Vlach (1990, 1991), Vesentini (1992) e M. C. Andrade (1987).
- 2 Refiro-me aqui à estruturação dos conteúdos da ciência geográfica que se distingue da estruturação dos conteúdos da Geografia enquanto disciplina escolar. A estruturação de uma disciplina, ou matéria escolar, tem como referência, além da estrutura da ciência a que corresponde, determinados fundamentos ideológicos, psicológicos, políticos e didático-pedagógicos do ensino.
 - 3 Os dados sobre as referências bibliográficas citadas nos textos permitem apenas uma visão parcial das fontes efetivamente utilizadas nas reflexões sobre o tema em questão, uma vez que, provavelmente, dada a natureza dos textos pesquisados (na maioria resumo de comunicações de trabalho), uma grande parte deles (64%) não registrou nenhuma fonte bibliográfica.
 - 4 Evidentemente não se pode restringir a esses autores as fontes da renovação em questão. Outros autores devem ser considerados como importantes; a restrição aqui deve-se aos dados disponíveis e aos documentos analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. *O espaço geográfico, ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1989.
- ANDRADE, Manuel C. de. *Geografia, ciência da sociedade*. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.
- _____. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Marco Zero, jul/dez 1991, v. 9.

- CANDAUI, Vera Maria. (org.) *A didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4. São Paulo, 1984. *Contribuições científicas*. (v. I e II). Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2. Belo Horizonte, 1976. *Resumo de comunicações e guias de excursões*. Associação dos Geógrafos Brasileiros 1976.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3. Fortaleza, 1978. *Comunicações*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4. Rio de Janeiro, 1980. *Anais*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5. Porto Alegre, 1982. *Anais*. (vol. I e II). Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6. Campo Grande, 1986. *Contribuições científicas (resumos)*. Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 1. Brasília, 1987. *Anais*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1987.
- FERREIRA, Ignez C. B. As bases filosóficas da Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 1. Brasília, 1987. *Anais*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1987. p. 60-68.
- GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1986.
- LACOSTE, Y. A geografia. In: CHÂTELET, F. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- MAMIGONIAN, Armem. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*, 1991, n. 8.
- MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Território Livre*, n. 1, São Paulo: UPEGE, 1979.
- _____. *O discurso do avesso* (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

- _____. *Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988)*. (mimeo).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (org.). *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, 1989.
- PEREIRA, Diamantino A. Projeto Ensino, 1980. *Anais*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980. p. 356-58.
- PEREIRA, Raquel M. F. do A. *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- RESENDE, Márcia S. *A Geografia do aluno trabalhador*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. (org.) *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986.
- VEIGA, Ilma P. A. (org.) *Repensando a didática*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- VESENTINI, José W. (org.) *Geografia e ensino: textos críticos*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.
- _____. *Para uma Geografia crítica na escola*. São Paulo: Ática, 1992.
- VLACH, Vânia. *Geografia em debate*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.
- _____. *Geografia em construção*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.

